

ENSINO MÉDIO NO BRASIL

**DISTRIBUIÇÃO DOS TEMPOS
POR ÁREAS E COMPONENTES
CURRICULARES**



**INSTITUTO
UNIBANCO**

ENSINO MÉDIO NO BRASIL

DISTRIBUIÇÃO DOS TEMPOS
POR ÁREAS E COMPONENTES
CURRICULARES

REALIZAÇÃO



APOIO



SUMÁRIO

Apresentação	7
Sobre o levantamento e sua metodologia	8
Nota sobre a Educação de Jovens e Adultos	10
Critérios de cálculo da quantidade de horas	10
Linha do tempo: a cronologia das principais atividades do levantamento	11
Breve panorama do Ensino Médio no Brasil	12
Ensino Médio Inovador (ProEMI) e a obrigatoriedade da oferta da educação básica até os 17 anos	14
Os desafios da expansão com qualidade	15
O Instituto Unibanco nesse contexto	17
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Movimento pela Base	19
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	23
O Movimento pela Base	20
Ensino Médio no Brasil: Distribuição dos tempos por áreas e componentes curriculares	22
Universo do levantamento	24
O tamanho da rede de Ensino Médio	24
Os tempos de aula praticados no Brasil	26
Alocação dos tempos dos componentes curriculares no Ensino Médio	28
Alocação do tempo nas três modalidades	29
Ensino Médio diurno	32
Ensino Médio noturno	34
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	36
Estudo comparativo: a Base Nacional Comum Curricular e o desafio de sua alocação no currículo	38

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 Áreas do conhecimento e componentes curriculares obrigatórios do Ensino Médio	23
Tabela 2 Escolas de Ensino Médio no Brasil por regime de tempo segundo dados do levantamento	24
Gráfico 1 Escolas do Ensino Médio no Brasil segundo dados do levantamento	25
Gráfico 2 Tempo de aula do Ensino Médio diurno praticado nos estados (em minutos)	26
Tabela 3 Horas por disciplina no Ensino Médio em números absolutos (média Brasil)	31
Tabela 4 Percentual da carga horária dedicada a cada disciplina no Ensino Médio (média Brasil)	31
Tabela 5 Ensino Médio diurno - Horas dedicadas a cada disciplina por ano (média Brasil)	32
Gráfico 3 Ensino Médio diurno – Distribuição do tempo pelas áreas e disciplinas (média Brasil)	33
Gráfico 4 Ensino Médio diurno – Carga horária total por estado	33
Tabela 6 Ensino Médio noturno – Horas dedicadas a cada disciplina por ano (média Brasil)	34
Gráfico 5 Ensino Médio noturno – Distribuição do tempo pelas áreas e disciplinas (média Brasil)	35
Gráfico 6 Ensino Médio noturno – Carga horária total por estado	35
Tabela 7 Ensino Médio EJA - Horas dedicadas a cada disciplina por ano (média Brasil)	36
Gráfico 7 Ensino Médio EJA – Distribuição do tempo pelas áreas e disciplinas (média Brasil)	37
Gráfico 8 Ensino Médio EJA – Carga horária total por estado	37
Tabela 8 Comparativo de aulas por semana Média Brasil X Proposta Base/Consed	40
Gráfico 9 Comparativo de horas por disciplina Média Brasil X Proposta Base/Consed	40



APRESENTAÇÃO

O estudo “Ensino Médio no Brasil – Distribuição dos tempos por áreas e componentes curriculares”¹ é o primeiro levantamento do País sobre a quantidade de horas oferecidas para cada um dos treze componentes curriculares obrigatórios do Ensino Médio. Seu objetivo é mapear como os sistemas de ensino organizam suas matrizes/grades curriculares no Ensino Médio em relação à alocação do tempo das disciplinas, ou seja, a carga horária “física”, sem se referir aos conteúdos que são tratados, tampouco à qualidade do desenvolvimento curricular.

Por meio do estudo, pode-se observar que as matrizes curriculares continuam sendo estruturadas a partir da alocação do tempo das disciplinas, o que de certa forma revela uma dificuldade de elaborar um currículo mais integrado.

Com a indicação da alocação dos tempos, o estudo revelou que o Ensino Médio apresenta uma variação de acordo com o turno que ele se organiza. O Ensino Médio diurno tem uma carga horária maior do que o piso sugerido pela lei. Ou seja, de 2.400 horas o Brasil pratica em média 2.692 horas. A modalidade de Educação de Jovens e Adultos também apresentou variação positiva, na qual a diferença entre o mínimo legal e a carga horária praticada é ainda maior – 709 horas. Já o Ensino Médio noturno apresentou uma desigualdade, com 97 horas a menos do que determina a lei.

Em meio à elaboração da Base, vale ressaltar a importância de se repensar o modelo de Ensino Médio e promover a flexibilização do currículo como proposta de equidade.

O estudo também revelou que as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática ocupam 29% da alocação dos tempos.

O levantamento sugere que a elaboração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) leve em conta o tempo disponível para a sua implementação e visa servir de insumo às políticas públicas de reorganização curricular, contribuindo especialmente para o momento histórico em que nos encontramos, de elaboração da BNCC, que irá determinar o que todos os alunos do país devem aprender de essencial em cada ano de sua trajetória escolar na educação básica.

Esta publicação está estruturada a partir de uma descrição inicial dos principais aspectos metodológicos empregados na realização do levantamento, seguida de uma breve contextualização temática do Ensino Médio no Brasil e, por fim, apresenta os resultados obtidos no estudo..

1 Componente curricular é a matéria ou disciplina acadêmica que compõe a matriz/grade curricular de um determinado curso de um determinado nível de ensino.

SOBRE O LEVANTAMENTO E SUA METODOLOGIA

O estudo “Ensino Médio no Brasil – Distribuição dos tempos por áreas e componentes curriculares” é uma parceria do Movimento pela Base Nacional Comum com o apoio do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais da Educação (Consed). Tem como objetivo subsidiar o Ministério da Educação (MEC) na elaboração do documento, informando o tempo disponível para cada componente curricular atualmente.

O questionário, elaborado pelo Movimento Pela Base Nacional Comum e Instituto Unibanco, foi validado pelo Consed e apresentou perguntas direcionadas às secretarias estaduais de Educação sobre alocação dos tempos do Ensino Médio e ensino fundamental II (esse último não considerado neste levantamento).

Todos 26 Estados e o DF participaram do levantamento e responderam integralmente o questionário, com pequenas exceções que não alteram os resultados finais. Foi solicitado ainda o envio das matrizes curriculares como anexo; porém, apenas quatro estados encaminharam esse documento.

O convite à participação dos estados foi feito pelo Consed que considerou como pontos de contato os Coordenadores Estaduais do Ensino Médio/Consed e copiou os Coordenadores Estaduais da Base.

O questionário foi elaborado on-line, a partir de questões fechadas, a saber:

- Estado e nome do responsável pelo preenchimento das informações.
- Número de escolas de Ensino Médio em tempo parcial e integral.

Sobre o Ensino Médio diurno, noturno e EJA, foram pedidos:

- Tempo de aula (40', 45', 50', 55', 60' e outros).
- Número de aulas por semana para cada um dos 13 componentes curriculares.

Nota sobre a Educação de Jovens e Adultos

Por ter uma regulamentação diferenciada, o levantamento identificou variações significativas em relação à EJA.

Vários estados declararam que cumprem a carga horária em dois anos. Muitos disseram não se organizar por “aulas” mas sim por alocação cheia de horas, por “carga horária”. Outra particularidade são as diferentes nomenclaturas para os tempos que podem ser semestrais: (“etapas”, “estágios”, “eixos” ou “módulos”) ou anuais, como os “Tempos Formativos”. Há variação também entre os que se organizam por “Conteúdos Interdisciplinares Aplicados” ou “Áreas do Conhecimento”.

Por conta dessas diferenças, alguns estados não conseguiram informar o número exato de aulas no formato pedido pelo questionário. São eles: Acre, Amazonas, Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Portanto, a média apresentada na Tabela 7 é uma compilação dos resultados da alocação dos tempos dos estados que apresentaram seus dados, independentemente se o curso é ofertado em dois ou três anos.

Crítérios de cálculo da quantidade de horas

Para efeito de análise, as aulas informadas no questionário foram transformadas em horas da seguinte maneira: os estados informaram quantos minutos tem uma aula e quantas aulas são dadas em cada disciplina. Foi então multiplicado o número de aulas pela quantidade de minutos por aula para saber quantos minutos por semana são oferecidos por disciplina. O resultado dessa conta foi dividido por 5 (dias letivos da semana) que, por sua vez, foi multiplicado por 200 (dias do ano letivo) e, por fim, dividido por 60 para serem transformados em horas.

Linha do tempo: a cronologia das principais atividades do levantamento

2015

De 10 a 20 de novembro

Primeira fase, quando foi feito o primeiro contato e o convite de participação. Os e-mails foram enviados aos Coordenadores Estaduais do Ensino Médio pela Secretaria Executiva do Consed.

2016

De 9 a 23 de março

Segunda e última chamada para participação dos estados.

De 16 a 23 de março

Período de participação dos estados (preenchimento do questionário).

De 24 março a 20 de junho

Fase de estruturação, análise de dados e elaboração do texto final da publicação.

BREVE PANORAMA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Cerca de 2,9 milhões de crianças e jovens de 4 a 17 anos estão atualmente fora da escola no Brasil, segundo o Observatório do Plano Nacional de Educação (Fonte: IBGE/PNAD). Desses, aproximadamente 1,6 milhão são jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio. As deficiências desse nível de ensino decorrem da presença tardia de um projeto de democratização da educação pública iniciado na segunda metade do século XX e que ainda está inacabado.

Um dos marcos centrais desse processo é o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, no qual o Estado assume o dever de assegurar a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio indicando-se a intenção de estendê-lo para toda a população.

Com este dispositivo constitucional, os anos 90 trazem os primeiros ares de mudança, tanto no campo da legislação, com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394 em 1996), como no campo do currículo, com o lançamento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM, 1998) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN-EM) em 1999.

O PNE de 2001 apresentou entre seus objetivos a elevação global do nível de escolaridade, com metas que incidiram sobre a obrigatoriedade e universalização do Ensino Fundamental. Sobre a oferta de vagas para o Ensino Médio, determinou que o atendimento fosse dobrado em cinco anos e quadruplicado em dez anos.

Com a expansão do Ensino Fundamental, o Ensino Médio sofreu significativa pressão por ampliação de vagas. Se no período dos anos 1980 a taxa de crescimento de matrículas nesse nível de ensino ficou em torno de 34%, na década de 1990 esse percentual subiu para 243% segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi criado para garantir uma subvinculação e melhor distribuição dos recursos.

Além disso, o estabelecimento de um sistema de avaliação semelhante ao que ocorria no ensino fundamental foi tido como essencial para o acompanhamento dos resultados, com o objetivo de buscar níveis satisfatórios de desempenho. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e os sistemas de avaliação que vieram a ser implementados pelos estados são até hoje compreendidos como importantes mecanismos para aferir a qualidade do Ensino Médio oferecido em todas as regiões do País.

Ensino Médio Inovador (ProEMI) e a obrigatoriedade da oferta da educação básica até os 17 anos

Com o objetivo de consolidar as políticas de fortalecimento do Ensino Médio e, em especial, superar as desigualdades de oportunidades e falta de universalização do acesso e permanência, o MEC apresentou, em 2009, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), oferecendo apoio técnico e financeiro aos estados.

O objetivo principal desse Programa é o de superar a crise de identidade do Ensino Médio e incorporar tanto o papel propedêutico quanto seu caráter de preparação para o trabalho. Para isso, o ProEMI visa estimular a reorganização curricular da escola de modo a superar a fragmentação do conhecimento por meio da flexibilização do currículo e desenvolver uma articulação interdisciplinar, por áreas de conhecimento, com atividades integradoras definidas com base nos quatro eixos constitutivos do Ensino Médio – trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Dessa forma, propõe-se uma grade curricular sustentada pelas disciplinas e por ações e tempos diversos, indicando espaços intra e extraescolares para a realização de atividades que favoreçam a iniciativa, a autonomia e o protagonismo social dos jovens.

Outra conquista foi a promulgação da Emenda Constitucional 59, em 2013, que estabelece o prazo até 2016 para oferta de Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurando-a inclusive aos que não tiveram acesso na idade própria, conforme parâmetros a serem estipulados pelo Plano Nacional de Educação (PNE-2014). A Meta 3 estabelece a universalização da educação para os

A emenda 59 estabeleceu 2016 como prazo para a oferta de educação básica gratuita dos 4 aos 17 anos.

adolescentes de 15 a 17 anos até o ano de 2016 e do aumento das matrículas no Ensino Médio em cerca de 30% até 2024.

Tais transformações têm contribuído para melhorar os índices de escolarização. Todavia, os resultados alcançados não têm sido suficientes para colocar o Brasil no patamar educacional que desejamos, tanto do ponto de vista da equidade, isto é, da igualdade de oportunidades de aprendizagem para todos, quanto da qualidade. Ainda não conseguimos assegurar uma formação integral, competitiva e efetiva para o cumprimento da cidadania, que contemple as novas modalidades de produção e trabalho.

Os desafios da expansão com qualidade

O Ensino Médio precisa conversar melhor com o interesse das juventudes para vencer o desafio de sua expansão. O enfrentamento da distorção idade-série e da evasão escolar é fundamental para que haja esse avanço e passa pelo reconhecimento das demandas das juventudes.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2012 mostram que o índice de jovens brasileiros que abandonam a escola precocemente é maior que o dobro da taxa europeia. Entre os homens, enquanto a Europa apresenta uma taxa de 16,9% de alunos entre 18 a 24 anos que evadem, no Brasil esse número é 37,9%. Já entre as mulheres brasileiras, a taxa de evasão escolar é de 26,6% enquanto que entre as europeias é de 12,4%.

Outro aspecto importante é a dificuldade de superação da chamada crise de identidade do Ensino Médio marcada pela dicotomia entre uma formação propedêutica ou profissionalizante. O desafio continua sendo o de oferecer um ensino de qualidade que atenda ao anseio das juventudes, respeitando suas diferentes trajetórias, aspirações, sonhos e realidades.

Nesse cenário complexo que o Instituto Unibanco atua, desenvolvendo ações que visam contribuir com o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica pelos jovens.



**Ampliar as
oportunidades
educacionais
dos jovens em
busca de uma
sociedade
mais justa.**

O Instituto Unibanco neste contexto

O Instituto Unibanco atua na melhoria do Ensino Médio como forma de ampliar as oportunidades educacionais dos jovens e contribuir, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e transformadora.

Para isso, desenvolve ações que possam inspirar práticas inovadoras e contribuir com políticas públicas, como a produção e a difusão de conhecimento por meio de pesquisas, estudos e debates. Além disso, realiza, em parceria com as secretarias estaduais de Educação o projeto Jovem de Futuro. Validada como tecnologia educacional pelo MEC, a iniciativa busca um aprimoramento contínuo da gestão escolar orientada para melhores resultados de aprendizagem.

Nesse percurso, enfrenta temas como juventudes, evasão e abandono, gestão escolar, formação docente, avaliação, educação e desenvolvimento, práticas pedagógicas e, mais recentemente, os desafios curriculares do Ensino Médio.

O Instituto e o desafios curriculares do Ensino Médio

O Instituto desenvolve estudos que analisam os aspectos centrais desse debate, definidos a partir de um levantamento bibliográfico, de artigos publicados na mídia, de registros dos principais eventos realizados sobre o Ensino Médio desde a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais de 1988.

A partir da organização desses insumos, o Instituto tem se debruçado mais recentemente sobre a reestruturação curricular da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), momento histórico da educação básica.

Desde 2013, o Instituto participa do Movimento pela Base, grupo de especialistas e instituições que tem por objetivo contribuir diretamente na elaboração da base curricular nacional única.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E O MOVIMENTO PELA BASE

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

O artigo 210 da Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio de uma formação básica comum para o Ensino Fundamental e, ao mesmo tempo, o respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, determinando que todos os alunos tenham acesso a uma base comum de conhecimento.

No Plano Nacional de Educação, a Base é uma das estratégias empregadas para a melhoria da educação, explicitando o conjunto de aprendizagens essenciais na formação básica.

Na prática, ela apresenta os conteúdos comuns a serem abordados nas salas de aula de todo o Brasil para as áreas de Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas em cada etapa escolar. Uma parcela do tempo é destinada a adequações regionais, de acordo a escolha de sistema educacional (parte diversificada). Até então, o Brasil não tinha uma norma curricular comum a todos os estados que fosse além das Diretrizes Curriculares.

A BNCC se configura como uma oportunidade de diminuir as desigualdades de aprendizagem, pois será possível saber o que cada aluno deve aprender e cobrar esse desempenho dele e da escola, independentemente de eventuais situações como troca de professor, mudança de escola ou de cidade pelo aluno. As unidades de ensino terão melhores condições de atender aos estudantes e as famílias de acompanhar a evolução de seus filhos.

Dada a importância da apropriação desse debate pela sociedade, o MEC criou o portal “basenacionalcomum” e um forte interesse público foi percebido. Foram contabilizadas mais de 12,2 milhões de contribuições ao documento e 127 mil *downloads* da primeira versão, tornada pública em 15 de setembro de 2015.

A segunda versão, publicada em 2 de maio de 2016, será amplamente debatida em seminários estaduais organizados pelo Consed e a Undime (União Nacional das Secretarias Municipais de Educação) para a apresentação de uma terceira versão até o final de 2016.

O Movimento pela Base

O Movimento Pela Base Nacional Comum é um grupo não governamental formado por aproximadamente 60 profissionais e pesquisadores de educação que, desde 2013, se reuniu por considerar a Base Curricular Nacional Comum como a “espinha dorsal” dos direitos de aprendizagem do aluno, da formação dos professores, dos recursos didáticos e das avaliações externas.

O Movimento tem como objetivo facilitar e acelerar o processo de elaboração da Base, apoiando e disseminando pesquisas e insumos técnicos que alimentem o debate e mobilizando atores-chave – gestores, acadêmicos, pesquisadores, professores, líderes da sociedade civil organizada – em torno da causa.

Entre os atores que integram os diferentes Grupos de Trabalho (GT) está o Instituto Unibanco, que colabora diretamente com a discussão promovida pelo GT do Ensino Médio dentro do Movimento.

Dada a necessidade de se conhecer melhor a alocação dos tempos curriculares praticados hoje no País para a elaboração de uma nova BNCC, o Instituto encampou a realização de levantamento com o sentido de contribuir com o debate relativo aos tempos reais destinados aos componentes curriculares nos estados brasileiros, para que seja possível configurar com mais assertividade a definição dos tempos das partes comum e diversificada que compõem, em sua integridade, a Base.

O termo "arquétipo" é frequentemente mal compreendido, julgando-se que se trata apenas de imagens ou padrões mágicos, arcaicos, ligados a temas tais como a expressão das emoções ou a sexualidade. O arquétipo é uma tendência a temas tais como a expressão das emoções ou a sexualidade. O arquétipo é uma tendência a temas tais como a expressão das emoções ou a sexualidade.

[illegible]

Cada um
incluindo o ego
(mulheres) e o self.

Símbolos

de símbolos
plena um arq
um símbolo ha
de um arquétipo.
regada. lung est

Jung
tâneas da
mente c

Além disso, há também religiosas, taie budista.

Podemos e devemos representar a natureza — uma coisa viva —

Aquilo a que
uma imagem
específica

implica alguna



10

[illegible]

...una persona che ha visto
...Stinner, un uomo, un
...una volta in un'occasione
...avvicinamento psicologico con la propria
...crazia il primo una mattina si
...e intanto con i
...de si

...é construído, numa proposta de
uma pessoa, não de qualquer um
qualquer lugar e não vem de
a ele, que é o mesmo em todo
tempo. Ser construído
é uma coisa que



...i suoi proprii
...i suoi proprii
...i suoi proprii

Argo
D
pos

ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DOS TEMPOS POR ÁREAS E COMPONENTES CURRICULARES

O presente levantamento sobre a distribuição dos tempos por áreas e componentes curriculares é o primeiro mapeamento feito no Brasil sobre a quantidade de horas oferecidas para cada um dos treze componentes curriculares obrigatórios do Ensino Médio.

A carga horária mínima anual estabelecida em lei para a educação básica (níveis fundamental e médio) é de 800 horas, distribuídas em um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar e excluído o tempo dedicado aos exames finais, quando houver. Assim, a carga horária total para os três anos do Ensino Médio regular é de 2.400 horas (LDB, Artigo 24). Já para a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) a lei estabelece 1.200 horas.

Os componentes curriculares estabelecidos pela LDB, organizados em quatro áreas do conhecimento, estão na tabela abaixo.

Tabela 1.

Áreas do conhecimento e componentes curriculares obrigatórios do Ensino Médio.

Área do conhecimento	Componente curricular	Observação
Linguagens	Língua Portuguesa	Língua materna, para populações indígenas
	Língua Estrangeira obrigatória	
	Língua Estrangeira optativa	Única disciplina obrigatória na parte diversificada
	Arte	
	Educação Física	
Matemática	Matemática	
Ciências da Natureza	Biologia	
	Física	
	Química	
Ciências Humanas	História	
	Geografia	
	Filosofia	
	Sociologia	

Universo do levantamento

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) atribui aos governos estaduais e ao Distrito Federal a gestão educacional do Ensino Médio no Brasil. Por isso, o levantamento foi desenvolvido junto às secretarias estaduais de educação, com o apoio do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação – Consed.

O tamanho da rede de Ensino Médio

O Censo Escolar de 2014 aponta a existência de 19.576 escolas públicas de Ensino Médio no Brasil. Já o número obtido a partir das informações das secretarias estaduais de educação neste estudo foi de 18.641 unidades escolares (v.tabela abaixo). As maiores redes de Ensino Médio do Brasil estão em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Rio de Janeiro,

Região	Estado	Tempo integral	Tempo parcial	Total do Estado
Norte	Acre	1	70	71
	Amazonas	26	300	326
	Pará	4	502	506
	Roraima	0	124	124
	Rondônia	97	141	238
	Amapá	0	108	108
	Tocantins	12	247	259
Nordeste	Bahia	34	1.189	1.223
	Maranhão	5	752	757
	Piauí	35	418	453
	Ceará	149	537	686
	Rio Grande do Norte	0	62	62
	Paraíba	49	337	386
	Pernambuco	300	501	801
	Alagoas	14	217	231
	Sergipe	3	161	164
Centro-Oeste	Mato Grosso	4	310	314
	Mato Grosso do Sul	8	294	302
	Goiás	6	630	636
	Distrito Federal	1	76	77
Sudeste	Minas Gerais	1	2.298	2.299
	São Paulo	297	3.507	3.804
	Espírito Santo	1	291	292
	Rio de Janeiro	157	1.074	1.231
Sul	Paraná	3	1.466	1.469
	Santa Catarina	23	710	733
	Rio Grande do Sul	1	1.088	1.089
Total Brasil		1.231	17.410	18.641

Tabela 2:
Escolas de Ensino Médio no Brasil por regime de tempo segundo dados do levantamento

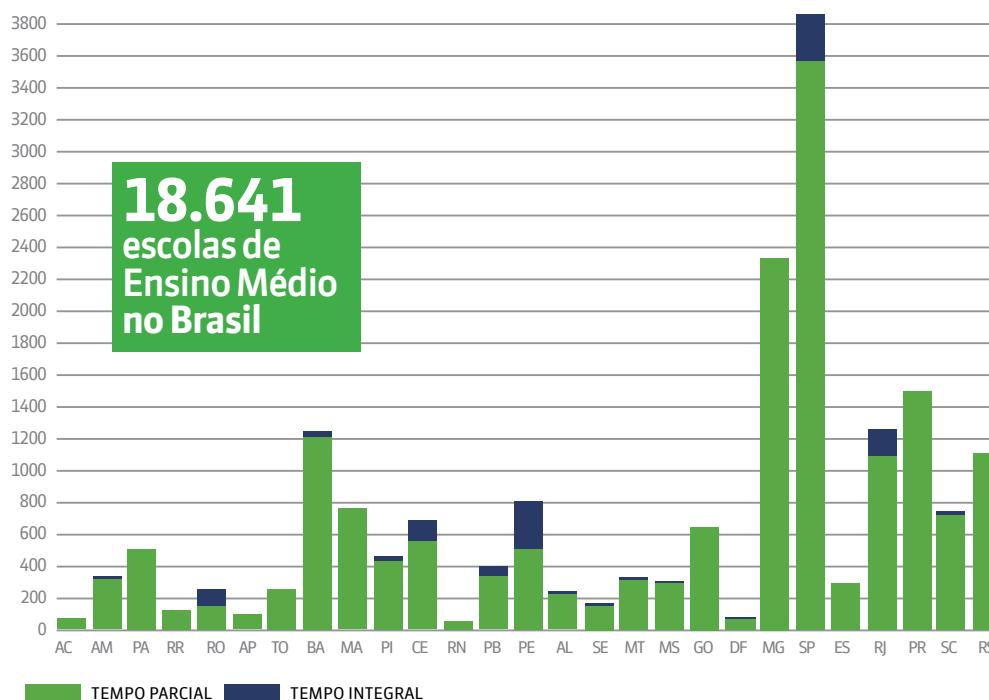
**Não basta
aumentar
o tempo de
permanência
na escola. É
necessário
um projeto
pedagógico
renovado.**

Pernambuco possui a maior rede de escolas em tempo integral com 300 unidades escolares, um número alto em relação aos demais estados. Essa diferença, contudo, tende a diminuir ao longo dos próximos anos se for cumprida a Meta 6 do Plano Nacional de Educação, que determina a oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas e o atendimento de, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica.

Aumentar as horas de estudo pode trazer benefícios ao aluno, mas a educação em tempo integral deve ir além da ampliação do tempo de permanência na escola. Ela pressupõe a organização de atividades com base em um projeto pedagógico renovado e não apenas o aumento da carga horária.

No Estado de São Paulo, a oferta de Ensino Médio varia de acordo com o Programa. Segundo a secretaria estadual de educação, no caso do Programa de Ensino Integral, por exemplo, o Ensino Médio é oferecido por 91 escolas de tempo integral e também nas 87 escolas híbridas, que oferecem ensino fundamental e Ensino Médio.

Gráfico 1. Escolas de Ensino Médio no Brasil segundo dados do levantamento



Os tempos de aula praticados no Brasil

Em relação à duração das aulas, o tempo médio de aula mais praticado no Brasil no Ensino Médio diurno é de 50 minutos verificado em 19 estados, conforme gráfico abaixo.

O levantamento não aferiu a qualidade de aproveitamento do tempo. Contudo, é razoável supor que haja perda significativa de tempo de aprendizagem com tarefas como controle de chamadas e medidas de conduta disciplinar.

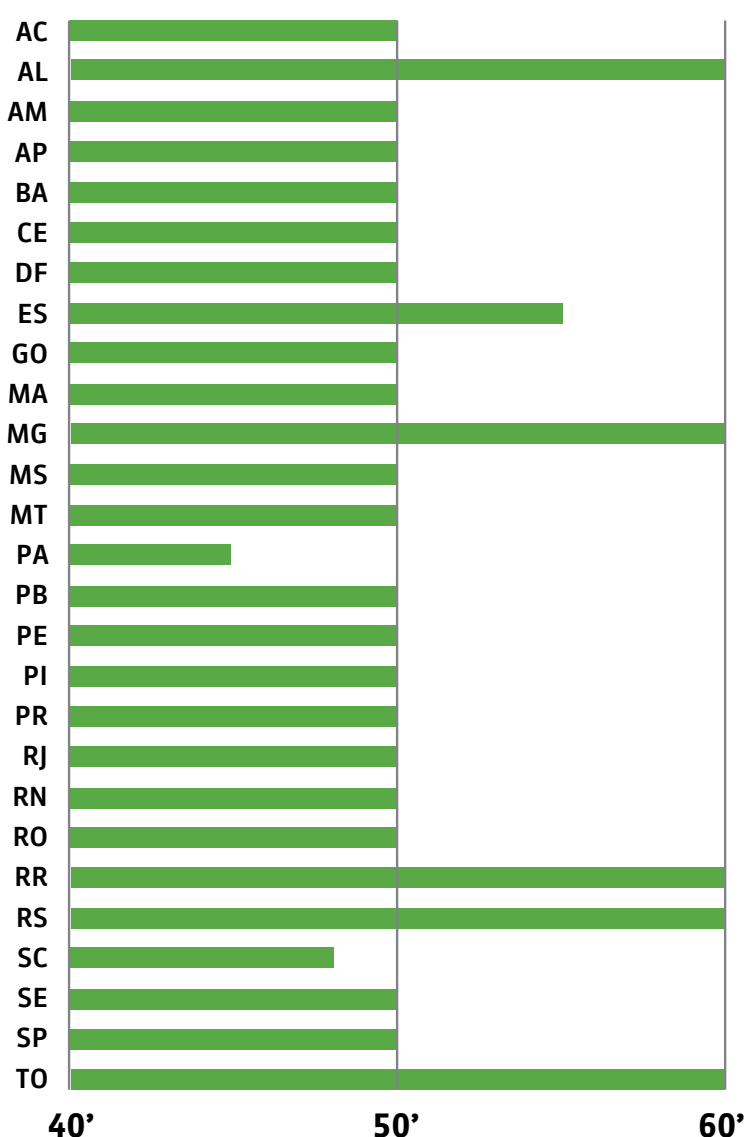


Gráfico 2:
Tempo de aula do
Ensino Médio diurno
praticado nos estados
(em minutos)



ALOCACÃO DOS TEMPOS DOS COMPONENTES CURRICULARES NO ENSINO MÉDIO

Alocação do tempo nas três modalidades

As tabelas na página seguinte apresentam a média nacional da alocação dos tempos por componente curricular apurados pelo levantamento. Na leitura, vale destacar que:

- Segundo a legislação, a carga horária do Ensino Médio regular no Brasil, no diurno e no noturno, é de 2.400 horas e na modalidade EJA a exigência é de 1.200 horas. O estudo constatou que tanto o diurno quanto o EJA estão alocando horas a mais do que o recomendado pela Lei, num total de 292 horas e 709 horas, respectivamente. Já o Ensino Médio noturno, com 2.303 horas em média, está alocando 97 horas a menos do mínimo legal e 389 horas a menos do que o Ensino Médio diurno, evidenciando a defasagem em relação às oportunidades.
- As maiores diferenças de carga horária entre componentes nas modalidades regulares de Ensino Médio, diurno e noturno, estão alocadas em Língua Portuguesa, Educação Física e Matemática. Os estudantes do Ensino Médio diurno têm 55 horas de Língua Portuguesa a mais que os do ensino noturno; o mesmo se repete com Educação Física e Matemática com 56 e 57 horas, respectivamente.
- Outro aspecto observado é que 4% do tempo destinado à parte diversificada já está alocado na Língua Estrangeira Optativa.



Tabela 3.

Horas por disciplina no Ensino Médio em números absolutos (média Brasil)

Modalidade	Ano	Linguagens					MAT	C. Natureza			C. Humanas				Total
		LP	LEOb	LEOp	EF	ART	MAT	FIS	QUI	BIO	HIS	GEO	FIL	SOC	
Diurno	1º ano	138	61	36	61	42	126	71	70	73	71	69	42	42	901
	2º ano	134	61	34	62	38	121	71	75	73	70	71	43	44	897
	3º ano	132	58	40	60	33	121	76	74	74	71	71	43	42	895
Total		404	179	111	182	113	368	219	219	219	212	211	128	128	2.692
Noturno	1º ano	115	47	29	43	36	104	60	64	66	63	65	38	37	767
	2º ano	115	49	28	42	33	103	63	65	64	63	64	37	41	767
	3º ano	119	49	30	41	29	104	66	66	67	62	62	37	37	769
Total		349	145	87	126	98	311	189	195	197	188	191	112	115	2.303
EJA	1º ano	126	46	21	35	40	109	58	58	62	70	59	45	41	770
	2º ano	95	38	15	27	30	98	57	52	55	50	56	30	32	634
	3º ano	80	28	15	27	16	69	43	52	53	36	40	22	24	505
Total		301	113	51	89	85	275	158	162	170	156	155	98	97	1.909

Dados apurados a partir das respostas das 27 Unidades Federativas sobre o tempo de aula e a quantidade de aulas de cada disciplina por semana. As informações foram cruzadas, transformadas em horas e em 200 dias letivos para cada ano do Ensino Médio.

Siglas: LP Língua Portuguesa • LEOb Língua Estrangeira Obrigatória • LEOp Língua Estrangeira Optativa • EF Educação Física • ART Arte • MAT Matemática • FIS Física • QUI Química • BIO Biologia • HIS História • GEO Geografia • FIL Filosofia • SOC Sociologia

Tabela 4.

Percentual da carga horária dedicada a cada disciplina no Ensino Médio (média Brasil)

Modalidade	Ano	Linguagens					MAT	C. Natureza			C. Humanas				Total
		LP	LEOb	LEOp	EF	ART	MAT	FIS	QUI	BIO	HIS	GEO	FIL	SOC	
Diurno	1º ano	15%	7%	4%	7%	5%	14%	8%	8%	8%	8%	8%	5%	5%	100%
	2º ano	15%	7%	4%	7%	4%	13%	8%	8%	8%	8%	8%	5%	5%	100%
	3º ano	15%	6%	4%	7%	4%	14%	9%	8%	8%	8%	8%	5%	5%	100%
		LP	LEOb	LEOp	EF	ART	MAT	FIS	QUI	BIO	HIS	GEO	FIL	SOC	Total
Noturno	1º ano	15%	6%	4%	6%	5%	14%	8%	8%	9%	8%	9%	5%	5%	100%
	2º ano	15%	6%	4%	5%	4%	13%	8%	9%	8%	8%	8%	5%	5%	100%
	3º ano	15%	6%	4%	5%	4%	14%	9%	9%	9%	8%	8%	5%	5%	100%
		LP	LEOb	LEOp	EF	ART	MAT	FIS	QUI	BIO	HIS	GEO	FIL	SOC	Total
EJA	1º ano	16%	6%	3%	5%	5%	14%	8%	7%	8%	9%	8%	6%	5%	100%
	2º ano	15%	6%	2%	4%	5%	15%	9%	8%	9%	8%	9%	5%	5%	100%
	3º ano	15%	6%	3%	5%	3%	14%	9%	10%	10%	7%	8%	4%	5%	100%

Para efeito de facilidade de leitura os valores foram arredondados, sendo desprezadas as casas decimais. Por esta razão, a soma total de cada linha pode apresentar pequena variação em torno dos 100%.

Ensino Médio diurno

O Ensino Médio regular diurno representa mais de 76,4% das matrículas do Brasil segundo dados do INEP (2015). Essa modalidade pode se organizar em regime de tempo integral com no mínimo 7 horas diárias.

Na média, a carga horária praticada no Ensino Médio diurno - 2.692 horas - tem sido maior do que a determinada na lei (mínimo de 2.400 horas) (Tabela 5).

Além disso, segundo o levantamento, a média de aulas por dia nessa modalidade é de 4,51 horas no primeiro ano, 4,48 horas no segundo e 4,47 horas no terceiro.

O Gráfico 3 mostra a alocação dos tempos segundo as áreas do conhecimento, demonstrando que 41% do tempo está alocado nas áreas de linguagem e matemática sendo que 15% para a disciplina Língua Portuguesa e 14% para a disciplina Matemática. Além disso, mostra que 49% aloca os tempos das áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

O Gráfico 4 mostra que os estados da Bahia e de Mato Grosso do Sul apresentam a menor carga horária, com 2.400 horas cada um. Já os estados de São Paulo e Paraíba apresentam as maiores, com mais de 3.000 horas.

Tabela 5.

Ensino Médio diurno - Horas dedicadas a cada disciplina por ano (média Brasil)

	Linguagens					MAT	C. Natureza			C. Humanas				
Ano	LP	LEOb	LEOp	EF	ART	MAT	FIS	QUI	BIO	HIS	GEO	FIL	SOC	Total
1º ano	138	61	36	61	42	126	71	70	73	71	69	42	42	901
2º ano	134	61	34	62	38	121	71	75	73	70	71	43	44	897
3º ano	132	58	40	60	33	121	76	74	74	71	71	43	42	895
Total	404	179	111	182	113	368	219	219	219	212	211	128	128	2.692
Total Área	989					368	656			679				2.692

Dados apurados a partir das respostas das 27 Unidades Federativas sobre o tempo a quantidade de aula de cada disciplina por semana. Os números foram arredondados para facilitar a leitura. Considerar margem de erro nas somatórias totais.

Gráfico 3. Ensino Médio diurno
Distribuição do tempo pelas áreas e disciplinas (média Brasil)

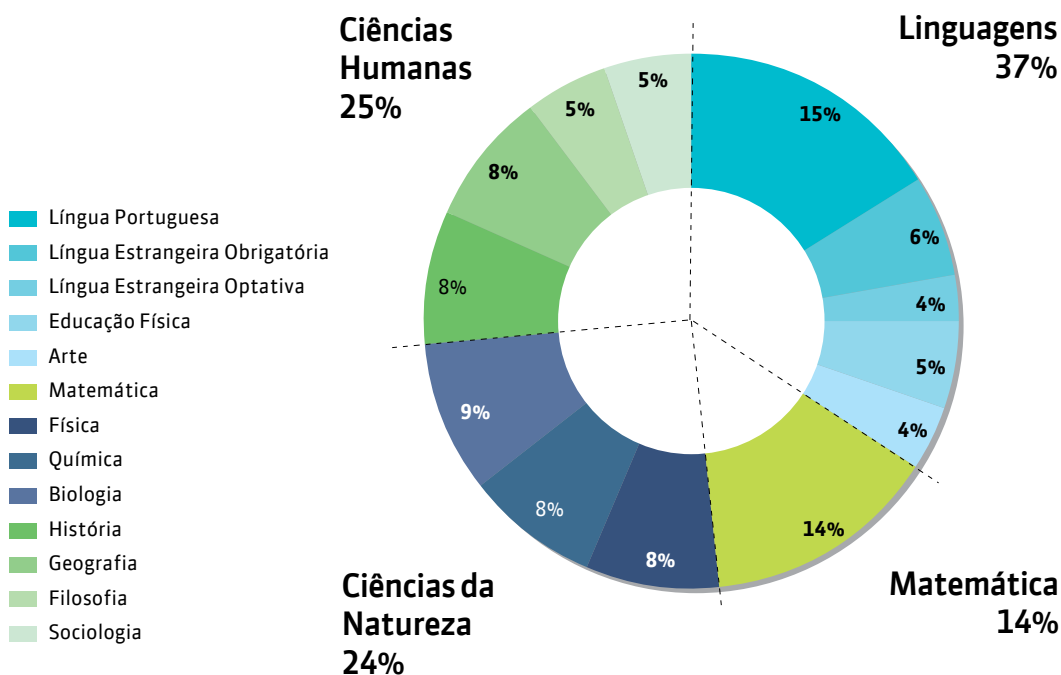
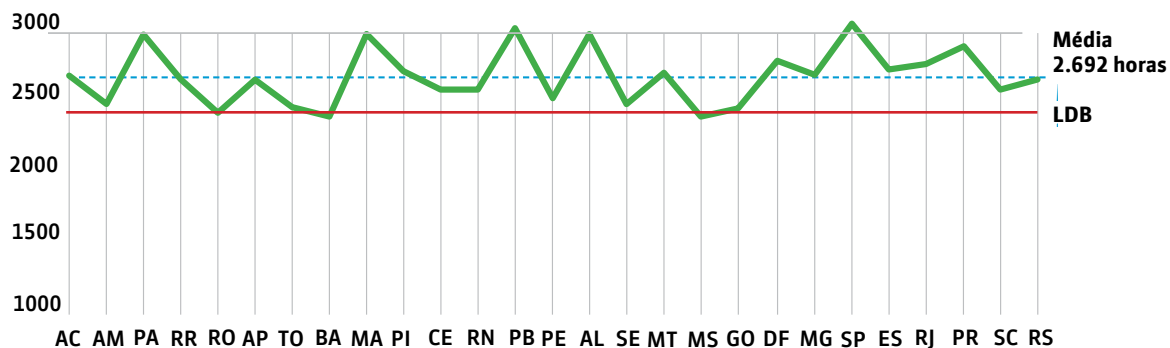


Gráfico 4. Ensino Médio diurno – Carga horária total por estado



Ensino Médio noturno

O Ensino Médio noturno deve ser adequado às condições do jovem trabalhador, respeitada a carga horária mínima de 2.400 horas prevista em lei. O projeto pedagógico deve atender a essa demanda com qualidade, especificando uma organização curricular e metodológica diferenciada. É possível também, para garantir a permanência e o sucesso destes estudantes, ampliar a duração do curso para mais de três anos, com menor carga horária diária e anual, desde que seja assegurado o mínimo total para o curso.

No entanto, o que o levantamento constatou é que muitos estados não têm conseguido oferecer a carga horária mínima, como demonstra o Gráfico 6. Os estados que oferecem mais tempo, acima de 2.700 horas, como é o caso do Paraná, Acre e Paraíba, superam em quase mil horas a carga horária do estado com menos horas, como é o caso do Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Amazonas, que apresentam aproximadamente 1.800 horas

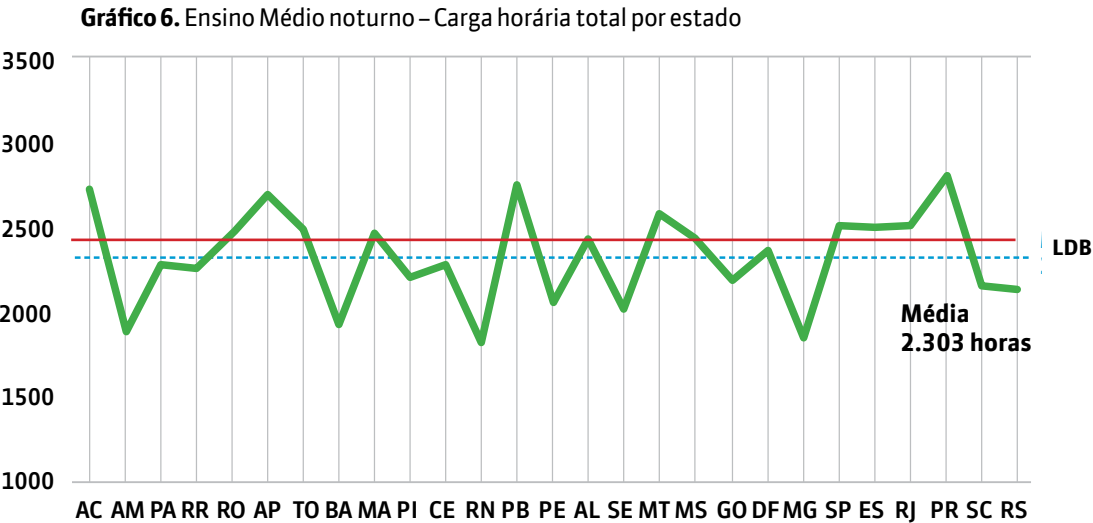
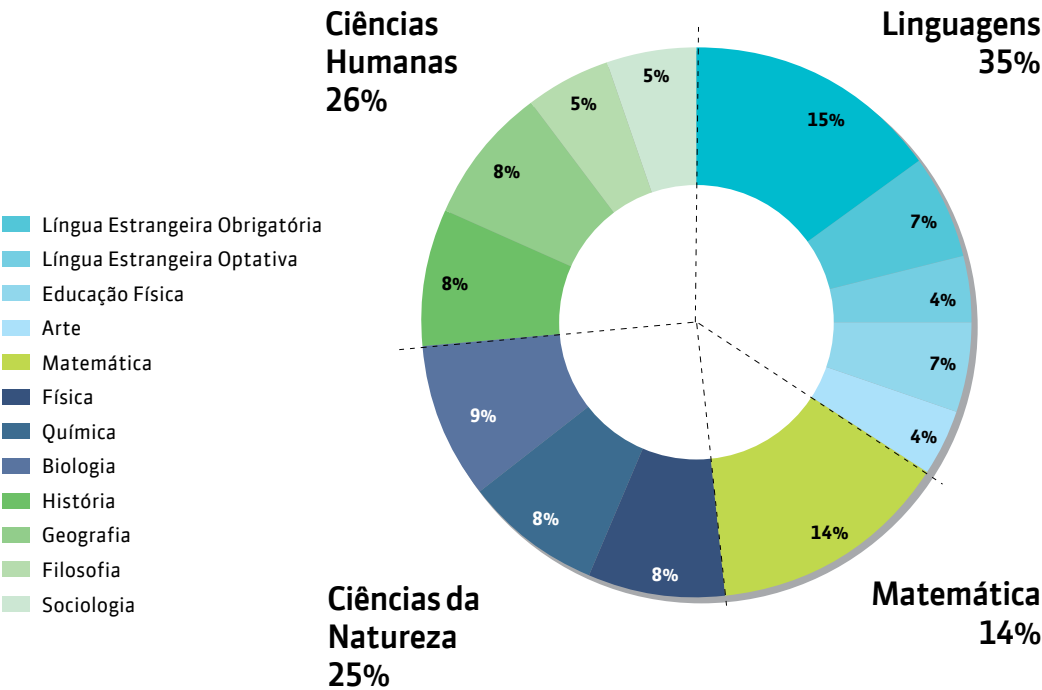
A Tabela 6 mostra que os estudantes do noturno têm 111 horas a menos de Língua Portuguesa e Matemática do que os alunos do diurno (Tabela 5, página anterior). Já na comparação entre os Gráficos 3 e 5, pode-se perceber que não há diferença entre a alocação dos tempos desses mesmos componentes: em porcentagem relativa, a oferta é mantida de maneira equânime.

Tabela 6.
Ensino Médio noturno – Horas dedicadas a cada disciplina por ano (média Brasil)

	Linguagens					Mat.	C. Natureza			C. Humanas				
Ano	LP	LEOb	LEOp	EF	ART	MAT	FIS	QUI	BIO	HIS	GEO	FIL	SOC	Total
1º ano	115	47	29	43	36	104	60	64	66	63	65	38	37	767
2º ano	115	49	28	42	33	103	63	65	64	63	64	37	41	767
3º ano	119	49	30	41	29	104	66	66	67	62	62	37	37	769
Total	349	145	87	126	98	311	189	195	197	188	191	112	115	2.303
Total Área	805					311	581			606				2.303

Dados apurados a partir das respostas das 27 Unidades Federativas sobre o tempo a quantidade de aulas de cada disciplina por semana. Os números foram arredondados para facilitar a leitura. Considerar margem de erro nas somatórias totais.

Gráfico 5. Ensino Médio noturno
Distribuição do tempo pelas áreas e disciplinas (média Brasil)



Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Segundo dados do Censo Escolar de 2014, existem no Brasil cerca de 3,5 milhões de alunos matriculados na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), direcionado a a alunos que não puderam completar seus estudos no tempo regular, o antigo supletivo. Destes, cerca um milhão de alunos (30%) são jovens entre 15 e 19 anos, apesar da idade mínima exigida ser 18 anos.

A duração mínima para a EJA é de 1.200 horas, mas é nesta modalidade que a carga horária apurada pelo levantamento mais supera o mínimo estabelecido em lei. Segundo o gráfico 8, a carga horária média da EJA é de 1.909 h. A distribuição dos tempos pelos componentes curriculares em porcentagem mantém-se em relação ao Ensino Médio regular, com variações muito pequenas, como pode ser visto na comparação entre os gráficos 3, 5 e 7.

A EJA representa um grande desafio para o País. Na maioria das vezes os cursos são oferecidos no período noturno, para atender à demanda do aluno já inserido no mercado de trabalho. Os estudantes utilizam as mesmas instalações das escolas públicas que oferecem Ensino Médio regular durante a manhã e tarde, ocupando as mesmas salas onde crianças e adolescentes têm aulas.

Nessa etapa, a idade ou o nível de escolarização é menos importante do que considerar os conhecimentos prévios e habilidades dos alunos.

Tabela 7

Ensino Médio EJA - Horas dedicadas a cada disciplina por ano (média Brasil)

Ano	Linguagens					Mat	C. Natureza			C. Humanas				Total
	LP	LEOb	LEOp	EF	ART	Mat	FIS	QUI	BIO	HIS	GEO	FIL	SOC	
1º ano	126	46	21	35	42	109	58	58	62	70	59	45	41	770
2º ano	95	38	15	27	38	98	57	52	55	50	56	30	32	634
3º ano	80	28	15	27	33	69	43	53	53	36	40	22	24	505
Total	301	113	51	89	85	275	158	162	170	158	155	98	97	1.909
Total Área	638					275	490			506				1.909

Dados apurados a partir das respostas das 27 Unidades Federativas sobre o tempo a quantidade de aulas de cada disciplina por semana. Os números foram arredondados para facilitar a leitura. Considerar margem de erro nas somatórias totais

Gráfico 7. Ensino Médio EJA
Distribuição do tempo pelas áreas e disciplinas (média Brasil)

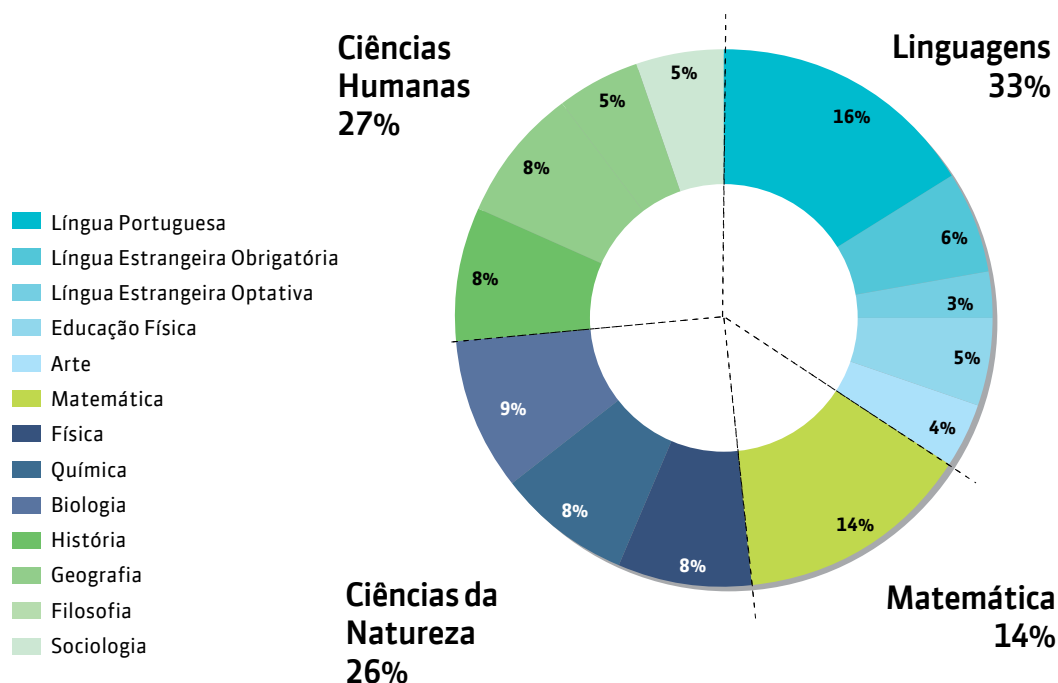
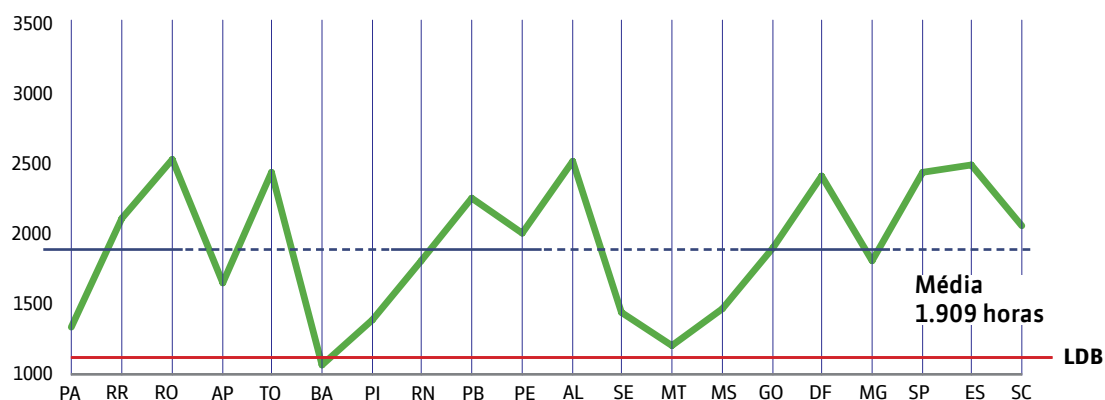


Gráfico 8. Ensino Médio EJA – Carga horária total por estado



Os estados AC, AM, CE, MA, RJ, PR e RS não conseguiram informar a carga horária no formato pedido.

**ESTUDO COMPARATIVO:
A BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR E O
DESAFIO DE SUA ALOCAÇÃO
NO CURRÍCULO**

A palavra currículo provém do latim *currículum* e significa percurso. Em educação, todo o percurso de formação é considerado parte do currículo. Da grade curricular e seus componentes à metodologia, da avaliação aos processos pedagógicos, tudo é planejado como parte do projeto pedagógico.

O artigo 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) estabelece que a organização curricular do Ensino Médio deve ter uma parte comum e uma parte diversificada que não devem constituir blocos independentes, mas um todo integrado. A proposta é garantir tanto os conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e as especificidades regionais.

A BNCC deve ter objetivos claros para que seja possível definir quais são os conteúdos que irão compor cada etapa, explicitando a sua progressão. Determinar tempos para o que deve ser comum exigirá escolhas, seleções e descartes.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio estabelecidas na Resolução No. 2 de 2012, Título II, Capítulo 1, que discorrem sobre a base nacional comum e a parte diversificada, determinam que:

- O currículo deve contemplar as quatro áreas do conhecimento, com tratamento metodológico que evidencie a contextualização e a interdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos.
- A organização por áreas de conhecimento não dilui nem exclui componentes curriculares com especificidades e saberes próprios construídos e sistematizados, mas implica no fortalecimento das relações entre eles e a sua contextualização para apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento e execução conjugados e cooperativos dos seus professores.

A legislação nacional determina componentes obrigatórios que devem ser tratados em uma ou mais das áreas de conhecimento para compor o currículo:

Tabela 8

Comparativo de aulas por semana Média Brasil X Proposta Base/Consed

Média Brasil de aulas por semana apurada no levantamento

Ano	LP	LEOb	LEOp	EF	ART	MAT	FIS	QUI	BIO	HIS	GEO	FIL	SOC	Total
1º ano	4,00	1,78	1,22	1,78	1,22	3,67	2,07	2,04	1,78	1,78	1,78	1,22	1,22	25,56
2º ano	3,89	1,81	1,26	1,81	1,11	3,52	2,07	2,19	1,81	1,81	1,81	1,26	1,26	25,63
3º ano	3,85	1,74	1,26	1,74	0,96	3,52	2,22	2,15	1,74	1,74	1,74	1,26	1,26	25,19

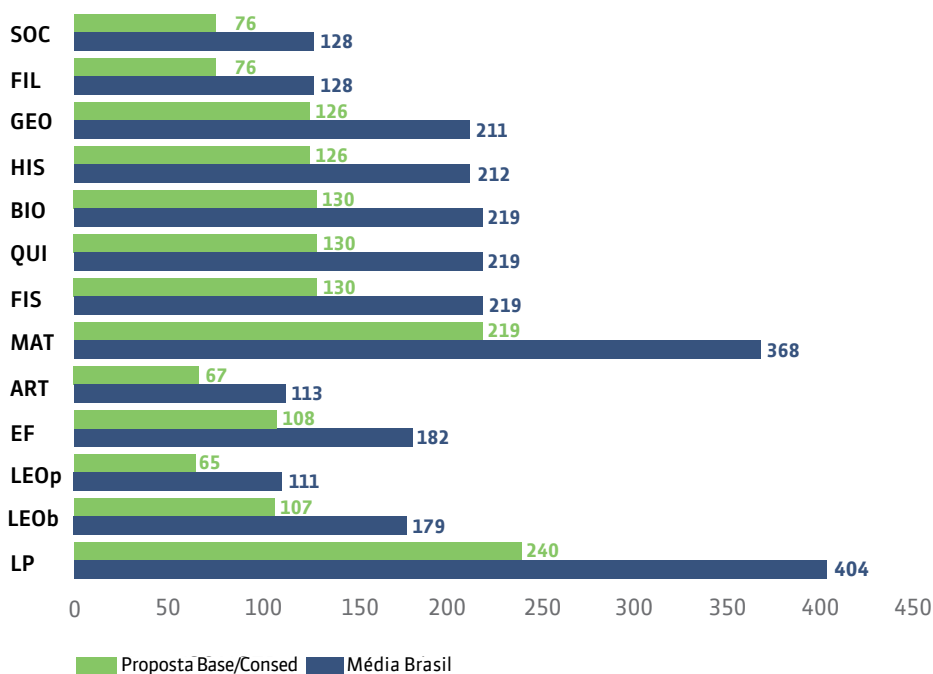
Proposta de aulas por semana Base/Consed

Ano	LP	LEOb	LEOp	EF	ART	MAT	FIS	QUI	BIO	HIS	GEO	FIL	SOC	Total
1º ano	2,40	1,07	0,65	1,08	0,67	2,19	1,30	1,30	1,30	1,26	1,26	0,76	0,76	16,00
2º ano	2,40	1,07	0,65	1,08	0,67	2,19	1,30	1,30	1,30	1,26	1,26	0,76	0,76	16,00
3º ano	2,40	1,07	0,65	1,08	0,67	2,19	1,30	1,30	1,30	1,26	1,26	0,76	0,76	16,00

Modalidade base Ensino Médio Diurno, considerando-se aula média de 50 minutos

Gráfico 9

Comparativo de horas por disciplina Média Brasil X Proposta Base/Consed



- a) o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;
- b) o ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos estudantes, com a Música como seu conteúdo obrigatório, mas não exclusivo;
- c) a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da instituição de ensino, sendo sua prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei;
- d) o ensino da História do Brasil, que leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;
- e) o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras;
- f) a Filosofia e a Sociologia em todos os anos do curso;
- g) uma língua estrangeira moderna na parte diversificada, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

O GT do Ensino Médio do Movimento pela Base tem feito um esforço para estimar como seria a alocação do tempo da base comum e parte diversificada para a matriz curricular desse nível de ensino. Até então, a proposta sugerida pelo Consed tem partido da comparação entre a carga horária mínima do Ensino Médio regular, de 2.400 horas, e a alocação de dois terços desse tempo, 1.600 horas, para a base comum. Como o levantamento permitiu justamente conhecer a distribuição do tempo no Brasil, o exercício a seguir parte da mesma proposta do Consed, porém, utiliza os números com ela aferidos.



Esse estudo leva a um esforço de reprogramar a matriz curricular comum atual de 2.400 horas para 1.600 horas a ênfases que ainda serão definidas pelo Consed e o MEC em um prazo de até dois anos. Pode-se observar que a redução significativa do número de horas por componente curricular **obrigatório** se fará necessária e exigirá maior integração entre os saberes.

Algumas ponderações preliminares desse estudo sugerem que é preciso repensar o modelo de Ensino Médio e promover a flexibilização do currículo como proposta de equidade. De outra forma, a simples replicação do modelo atual de matriz curricular em menos horas pode resultar em cortes apenas, quando o que se deseja é qualificar os tempos, trazer maior integração aos saberes e melhorar a qualidade da formação.

Sendo assim, a nova proposta curricular pode partir de outros arranjos possíveis, como, por exemplo, a não redução da carga horária alocada para os componentes de Língua Portuguesa e Matemática na BNCC, medida que projetaria os cortes às demais disciplinas. Para isso, seria necessário considerar uma hierarquia entre os componentes, para que se estabeleçam arranjos mais integradores. Outra possibilidade poderia ser pensada a partir da obrigatoriedade da alocação dos treze componentes curriculares no Ensino Médio. Na revisão da proposta, algumas disciplinas poderiam integrar o núcleo comum, enquanto outras seriam eletivas, de forma que a matriz curricular fosse cumprida a partir de diferentes trajetórias de formação.

**Não cabe ao
Ensino Médio a
responsabilidade
de corrigir
distorções
que podem se
acumular
ano a ano**

Torna-se também fundamental resolver as distorções de aprendizagem ao longo da escolarização e aumentar o nível de expectativa da BNCC como um todo. Não cabe ao Ensino Médio a responsabilidade de corrigir distorções que podem se acumular ano a ano. Vale ressaltar ainda que a parte diversificada não é um bloco à parte da BNCC mas sim conteúdos a serem desenvolvidos de forma integrada, conforme previsto nas DCNEM. Mesmo assim, a quantidade de objetivos de aprendizagem precisará ser revista para que haja essa maior integração.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CONSTRUIR UNIDADE NA DIVERSIDADE

REALIZAÇÃO

Instituto Unibanco

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Pedro Moreira Salles

Vice-Presidente

Pedro Sampaio Malan

Conselheiros

Antonio Matias

Cláudio de Moura Castro

Cláudio Luiz da Silva Haddad

Marcos de Barros Lisboa

Ricardo Paes de Barros

Rodolfo Villela Marino

Thomaz Souto Corrêa Netto

Tomas Tomislav Antonin Zinner

DIRETORIA

Claudio José C. Arromatte

Cristina Cestari

Fernando Marsella Chacon Ruiz

Gabriel Amado de Moura

Jânio Gomes

Leila Cristiane B. B. de Melo

Marcelo Luis Orticelli

EQUIPE TÉCNICA

Superintendente executivo

Ricardo Henriques

Gerentes

Fábio Santiago

Administração, Finanças e Tecnologia da Informação

Lucia Helena Couto

Desenvolvimento e Conteúdos

Maria Julia Azevedo Gouveia

Implementação de Projetos

Mirela de Carvalho

Gestão do Conhecimento

Tiago Borba

Planejamento e

Articulação Institucional

Colaboradores

Alan Ary Meguerditchian
Alexandra Forestieri
Aline Ortiz de Moraes Alves Pinto
Aline Silva de Andrade
Ana Paula Muniz Possebom
Andre Spigariol Rinaldi
Andrea Martini Pineda
Antonio Carlos Prais Rodrigues
Antonio Correia de Melo Gois
Bartholomeu Eneas Gomes da Silva
Beatriz Regina Pirro Maximo
Breno Mendonça Ribeiro Rodrigues
Brian Livramento
Camila Castanho Miranda
Carine dos Santos Nascimento
Carlos Eduardo Alcantara Brandão
Catherine Rojas Merchan
Claudio Acacio Souza Dias
Cleber Ribeiro de Souza
Cristiane Arakawa Santos
Cristina Aparecida Petri Paiva
Cristina Fernandes de Souza
Cristina Toth Sydow
Daniel Carvalho de Oliveira
Daniel Pessini Sobreira
Daniel Soares Magnavita
Denise Kazue Hirao
Deusiane das Gracas Paiva de Souza
Eduardo Bergamo Goncalves
Eliane Pereira da Silva
Elisa Swartele Rodrigues Pereira
Elizabeth Santos Mofacto
Erika de Souza Lopes
Erivania Pereira da Silva
Etna Paloma Nobre
Eulalia Pinto Bonamini
Fabiana Hiromi Shinkawa
Fabiana Mussato
Fabiola Nascimento Camilo
Fabiola Parisi Rosa
Fernanda Akiyama Aoki
Fernanda das Neves Fraga de Oliveira
Fernanda de Quadros Carvalho Silva
Fernanda Kalena Levy
Fernanda Von Erlea Reis Pereira
Giovanna Santana da Silva
Gleise Alves Silva
Graziele Ferreira e Silva
Hyago Souza Nascimento
Igor Rossi de Castro
Jessica Henriques Leoto
Jessica Manfrinato Goncalves
Joana Marie Girard Ferreira Nunes
Joao Claudio Bezerra Peixoto Filho

Joao Henrique de Oliveira
Joyce Amaral da Costa
Juliana Irani do Amaral
Juliana Mattedi Dalvi
Kamila Roberta de Souza
Karen Granzotto Olini
Kenny Bastos
Larissa Venuto Braga
Lisandra Cristina Saltini
Luanna Merigute Santos
Lucas Carvalho dos Santos
Luciana Almeida Lima
Marcelo Pessoa da Silva
Maria Carolina Dysman
Maria Celia Martins De Oliveira
Maria Christina Cardoso Sousa
Maria Christina Fontainha Carneiro
Maria Clara Wasserman
Mariana Rocha Fandinho
Marilia de Toledo Zonho dos Santos
Marilia Suzana Santos Bicalho
Marilucia Marques do Espirito Santo
Michele Gilli
Michele Thaysa de Souza
Mirian da Silva Salomao
Monalisa Lacerda Silva Bastos
Monique Ribeiro Garcia
Naide Nery Santiago Ribeiro
Natalia Aisengart Santos
Natalia Mendes de Almeida Silva
Patricia Moraes Coutinho
Paulo Marcos Ribeiro
Paulo Nunes de Sousa
Priscila Silva Pires
Rafael Brum Carvalho Rodrigues
Rafael Stefano
Raiza Alves de Sa Siqueira
Rayssa Avila do Valle
Renata Regina Buset
Ricardo Henrique Ribeiro Zerbinatti
Roberta de Oliveira
Roberto Stefano Padovani
Rosane Aparecida Fonseca
Sandra Muraki Souto
Sidinei Batista Da Cruz
Stela Peixoto da Silva
Talita Laprovitera de Lima
Teresa Cristina Barbosa Scofano
Thales Monteiro e Vieira
Thaynann Rossini Farlis Araujo
Thiago dos Santos Juremeira
Valquiria Allis Nantes
Vanize Zambom Niederauer

CONSULTORIA

Katia Gonçalves Mori
(Coordenação do levantamento)

Juliana Freitas (editoração)
Geraldo Moura (gráficos)
Natália Monteiro Andreoli
(Estatística)

COLABORAÇÃO

Alice Ribeiro
Nilce Costa

APOIO

Conselho Nacional de Secretários
de Educação (Consed)
Movimento Nacional pela
Base Nacional Comum

*O Instituto Unibanco agradece
a todos aqueles que colaboraram
direta ou indiretamente para o desen-
volvimento deste estudo.*

Junho | 2016



www.institutounibanco.org.br



**INSTITUTO
UNIBANCO**